



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2021
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2021

DECISÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI – ME, ora recorrente, em relação ao resultado do julgamento de habilitação do Processo Licitatório nº 113/2021, Tomada de Preços nº 011/2021, por meio do qual foi declarada a Habilitação das licitantes ANCOE ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI – ME, SÊNIOR ENGENHARIA LTDA. – EPP, MARKA ARQUITETURA ENGENHARIA LTDA. – EPP, NEXXUS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. – ME e CVCTEC ENGENHARIA EIRELI – EPP, e a Inabilitação das licitantes MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI – ME e DOMÍNIO ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. – ME, conforme registrado em ata de sessão pública lavrada no dia 18/08/2021.

O inconformismo da recorrente refere-se à decisão de sua inabilitação, declarada em virtude do descumprimento do requisito de habilitação previsto nos item 7.3.3.1, alínea 'd', do Edital (Qualificação Técnica).

Alega ter apresentado toda a documentação necessária à Habilitação no certame, sendo equivocada a decisão da CPL no sentido da inabilitação, a qual considerou não comprovada a execução de serviços com características semelhantes com o objeto da Licitação.

Aduz que “A Avaliação Técnica de conformidade de Projeto, hoje largamente utilizada por órgãos públicos e privados, é a revisão feita por profissional que já tenha um histórico tanto como avaliador quanto como projetista. Ele precisa ter qualificações que sejam pelo menos equivalentes às do projetista, pois é essencial que seja possível um diálogo entre eles. Também é importante que ele tenha uma boa experiência com aquele tipo de obra”.

Sustenta que “(...) nas certidões/atestado do de números 2770232/2021 e 2776252/2021, (FIGURAS 01 E 02), devidamente registrados e aprovados no CREA-MG, além de constar a avaliação de conformidade que por si só é passível de atendimento ao edital, por semelhança, apresenta também itens de elaboração de projetos de engenharia civil, diversos, inclusive orçamento de obra, em acordo ao exigido no edital”.

Conclui que a Inabilitação da Recorrente consistiria em excesso de formalismo, haja vista que a licitante tem capacidade de atender a demanda da licitação.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a Habilitação da empresa MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI – ME, haja vista o não atendimento integral aos requisitos de habilitação constantes do Edital.

Comunicadas as licitantes acerca da interposição do recurso, via e-mail, em 30/08/2021, 09:14h (segunda-feira), o prazo para contrarrazões – 05 (cinco) dias úteis – iniciou-se em 31/08/2021 (terça-feira), vindo a findar-se em 08/09/2021 (quarta-feira),



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

considerando que os dias 06/09/2021 (ponto facultativo, conforme Decreto Municipal nº 172/2021) e 07/09/2021 (Feriado do Dia da Independência do Brasil) não foram úteis.

Decorreu o prazo sem apresentação de contrarrazões por parte das demais licitantes.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

De acordo com o que se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h do dia 18/08/2021 (quarta-feira), com a divulgação do resultado da fase de habilitação no site do Município na data supracitada, e publicações no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação na data de 20/08/2021 (sexta-feira), sendo esta a data considerada para fins de intimação, considerando o disposto no §1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e que no ato em que foi adotada a decisão não se encontravam presentes representantes de todas as licitantes.

Por consequência, o prazo recursal – 05 (cinco) dias úteis, nos termos do subitem 13.2 do Edital e art. 109, inciso I, alínea 'a', da Lei nº 8.666/93 – iniciou-se no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 23/08/2021 (segunda-feira), vindo a findar-se em 27/08/2021 (sexta-feira).

O recurso em apreço foi protocolizado pela via posta, com recebimento na data de 23/08/2021, 13:02h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. Do mérito recursal

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento à exigência de habilitação prevista no item 7.3.3.1, alínea 'd', do Edital, pela Recorrente.

Dispõe o instrumento convocatório, em relação ao requisito cujo atendimento é questionado:

"7.3.3. Documentos relativos à Qualificação Técnica:

7.3.3.1. Para comprovar sua qualificação técnica a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

(...)

d) Demonstração de que o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(is) indicado(s) para elaboração dos projetos executou(aram) serviços de características técnicas de complexidade equivalente às do objeto da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

presente licitação. A demonstração será feita por atestado (s) de responsabilidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no respectivo conselho, CREA e/ou CAU, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico – CAT, referente a execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação.

d.1) As CAT's e Atestados de Capacidade Técnica deverão constar a experiência do (s) Profissional (is) em ter elaborado projetos: Estrutural, Elétrico, Telefônico, Lógica, Exaustão, Hidrossanitário, Drenagem pluvial, SPDA, SPCI e planilha orçamentária.
(destacamos)

Conforme consignado na ata da sessão pública, a conferência e análise dos documentos de qualificação técnica (item 7.3.3) foi realizada pelos membros da CPL com o assessoramento da representante da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, Sra. Ana Luiza de Assis Rezende, CREA-MG 1417215712, que emitiu o Relatório Técnico anexado ao processo (fl. 791).

Neste ponto, observa-se que a Inabilitação da Recorrente foi baseada nos seguintes motivos:

“CATs apresentadas para os profissionais indicados como Responsáveis Técnicos – RTs não continha indicação de realização de serviços compatíveis com o objeto licitado, especialmente a indicação de ‘elaboração de projetos’, já que as CAT’s apresentavam a expressão ‘avaliação de projetos’, não condizente com as atividades do objeto ora licitado.

**Não foram consideradas as CAT’s sem registro de atestado pois emitidas por pessoa física, por estar em desacordo com edital.*

**Não foram considerados os atestados não registrados, ou seja, que não estavam acompanhados de CAT por estar em desacordo com edital.”*

O escopo da qualificação técnica nos processos licitatórios é examinar a aptidão técnica do licitante, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui plenos conhecimentos e condições técnicas para a execução do contrato, em caso de futura contratação.

Joel de Menezes Niebuhr, em Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, leciona que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo”.

Se por um lado a análise de qualificação técnica tem como finalidade examinar a aptidão técnica do licitante, não se deve olvidar, lado outro, de que o rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. Justamente por isso, devem as exigências serem justificáveis de acordo os aspectos envolvidos na contratação, sob pena de restrição imotivada e ilegal do caráter competitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

A Lei de Licitações prevê como instrumento para aferição de qualificação técnica, a exigência de atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, inciso II (capacidade técnico-operacional) e § 1º, inciso I (capacidade técnico-profissional), da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade consistem em meio de prova de que o licitante executou o objeto licitado em outra oportunidade e que tal execução foi a contento, assegurando à Administração licitadora que seu parceiro contratual possui expertise técnica.

Pois bem.

Reexaminando a documentação de habilitação, verifica-se que a MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI – ME apresentou “*Termo de Indicação e Compromisso de Responsável Técnico*” (fl. 514), em conformidade com o item 7.3.3.1, alínea ‘c’, do Edital, por meio do qual o Sr. Martônio Ferreira Martins, CREA-MG 79776/D, é indicado para exercer a função de Responsável Técnico encarregado de acompanhar a execução dos serviços objeto da licitação, caso a empresa venha se sagrar vencedora do certame.

Por conseguinte, para atendimento ao item 7.3.3.1, alínea ‘d’, do Edital, verifica-se terem sido apresentados os seguintes atestados/Certidões de Acervo Técnico – CAT em nome do profissional supracitado:

- a) “*Atestado de Capacidade Técnica*” emitido por RMG Construções e Empreendimentos LTDA e respectiva CAT expedida pelo CREA-MG (CAT nº 2776252/2021) (fls. 516 e 517/519);
- b) “*Atestado de Capacidade Técnica*” emitido por RMG Construções e Empreendimentos LTDA e respectiva CAT expedida pelo CREA-MG (CAT nº 2770232/2021) (fls. 520 e 521/522);
- c) “*Atestado de Capacidade Técnica*” emitido por RMG Construções e Empreendimentos LTDA e respectiva CAT expedida pelo CREA-MG (CAT nº 2770222/2021) (fls. 523 e 524/525);
- d) Certidão de Acervo Técnico – CAT sem registro de atestado (CAT nº 2835118/2021), referente a serviço prestado a pessoa física (Eduardo Cristiano de Souza) (fls. 526/527);
- e) Certidão de Acervo Técnico – CAT sem registro de atestado (CAT nº 2786279/2021), referente a serviço prestado a pessoa física (Marcos dos Santos Ribeiro) (fls. 528/530);
- f) “*Atestado de Capacidade Técnica*” emitido por RMG Construções e Empreendimentos LTDA, sem comprovação de registro no CREA e/ou CAU e apresentação da respectiva CAT (fl. 531);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação

- g) “Atestado de Capacidade Técnica” emitido por Chamone Engenharia LTDA, sem comprovação de registro no CREA e/ou CAU e apresentação da respectiva CAT (fl. 532).

Nos termos do item 7.3.3.1, alínea ‘d’, do Edital, a demonstração de capacidade técnica deveria ser efetivada mediante apresentação de atestado (s) de responsabilidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no respectivo conselho, CREA e/ou CAU, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico – CAT, referente a execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação. Destarte, conforme discriminado no Relatório de Técnico (fl. 791), revelaram-se formalmente inaptos os Atestados e CAT’s arrolados nas alíneas ‘d’ a ‘g’ (fls. 526/532), porquanto emitidos por pessoa física ou não registrados no conselho competente.

No que se aos demais atestados/CAT’s (alíneas ‘a’ a ‘c’ – fls. 516/525), mister sejam tecidas as seguintes considerações.

Os atestados de capacidade técnica vinculados às CAT’s nº 2776252/2021, 2770232/2021 e 2770222/2021 demonstram a execução de atividades técnicas variadas, relacionadas ao escopo dos serviços discriminados nos aludidos documentos.

Não obstante, conforme análise realizada pela representante da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, Sra. Ana Luiza de Assis Rezende, CREA-MG 1417215712, responsável pelo assessoramento na análise da documentação técnica do certame, os atestados/CAT’s não demonstram a experiência anterior do Responsável Técnico – RT indicado pela licitante relativamente à execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação, nos moldes exigidos no Edital.

O presente processo licitatório, processado sob a modalidade Tomada de Preços (TP nº 010/2021) tem por objeto a contratação de empresa especializada atuante no ramo de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projetos complementares básicos e executivos, planilhas e demais documentos técnicos, visando a construção de escola no Bairro Siderúrgico, no município de Conselheiro Lafaiete/MG, conforme especificações e condições contidas nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

Neste tocante, importante ressaltar que nos termos da alínea ‘d.1’, do item 7.3.3.1, o instrumento convocatório previu expressamente, para fins de comprovação da Habilitação/Qualificação Técnica, que “As CAT’s e Atestados de Capacidade Técnica deverão constar a experiência do (s) Profissional (is) em ter elaborado projetos: Estrutural, Elétrico, Telefônico, Lógica, Exaustão, Hidrossanitário, Drenagem pluvial, SPDA, SPCI e planilha orçamentária.” (destacamos)

Em análise, observa-se que somente o “Atestado de Capacidade Técnica” vinculado à CAT nº 2770232/2021 contempla comprovação de que o profissional titular executou serviços de elaboração de projetos, ao discriminar, dentre as atividades técnicas, a “Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia Civil”. Todavia, em exame sistemático do documento, não é possível concluir por meio da referida atividade técnica genérica a comprovação de todas as especialidades/atividades técnicas preponderantes previstas no Edital, notadamente na alínea ‘d.1’, do item 7.3.3.1 (Elaboração de Projeto Estrutural, Elétrico, Telefônico, Lógica, Exaustão, Hidrossanitário, Drenagem pluvial, SPDA, SPCI e planilha orçamentária).

104
J
X
A
5
D



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Comissão Permanente de Licitação

Por sua vez, os atestados de capacidade técnicas vinculados às CAT's nº 2776252/2021, nº 2770222/2021 e também nº 2770232/2021 contemplam comprovação de que o profissional titular executou serviços de "Avaliação/Análise Crítica de Conformidade de Projetos de Engenharia Civil", nas especialidades Estrutural, Elétrico, Hidrossanitário e Fundações (CAT nº 2776252/2021), Estrutural, Elétrico, Hidrossanitário e Fundações (CAT nº 2770222/2021) e, por fim, Urbanístico, Terraplenagem, Drenagem Urbana e Pavimentação (CAT nº 2770232/2021).

Segundo se observa, além de se tratar de atividade técnica diversa – Avaliação/análise de projetos e não elaboração de projetos – o escopo dos atestados/CAT restou aquém da comprovação de experiência profissional exigida, não sendo possível extrair dos documentos a comprovação de todas as especialidades/atividades técnicas preponderantes previstas no Edital, notadamente na alínea 'd.1', do item 7.3.3.1 (Elaboração de Projeto Estrutural, Elétrico, Telefônico, Lógica, Exaustão, Hidrossanitário, Drenagem pluvial, SPDA, SPCI e planilha orçamentária).

Diante de todo o exposto, evidencia-se o não atendimento ao requisito de habilitação previsto no item 7.3.3.1, alínea 'd' e 'd.1', do Edital.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Comissão Permanente de Licitação

aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por não padecer de qualquer ilicitude a exigência editalícia, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação no tocante à decisão que inabilitou a recorrente.

O não atendimento a quaisquer das exigências do Edital é causa de inabilitação do licitante, a rigor do disposto no item 7.6.1, alíneas 'a' e 'b', do instrumento convocatório.

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a Inabilitação da Recorrente.

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto por MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI – ME e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão que declarou a inabilitação da Recorrente.
- b) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 14 de setembro de 2021.


Alisson Dias Laureano
Presidente da CPL


Ana Flávia de Oliveira Pereira
Membro CPL


Isabella Gomes de Vargas e Lima
Membro CPL


João Victor do Carmo Assis Ferreira
Membro CPL (Suplente)


Jussara Beatriz da Cunha
Membro CPL (Suplente)